

Chiarelli quer parlamentarismo implantado após eleições em 90

BRASÍLIA — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, defendeu ontem a implantação do parlamentarismo no País em 1991, após as eleições gerais de 1990, afirmando que se o novo regime for "implantado apressadamente", sem que sejam preparadas suas estruturas, poderá se repetir o que houve em 1961 com o retorno ao presidencialismo.

— Queremos que o parlamentarismo seja uma casa sólida, com alicerces — disse Chiarelli.

Segundo o Senador, integrante do grupo parlamentarista do PFL que votou contra a orientação da liderança do partido na Sistematização, será necessário no mínimo um ano após a promulgação da nova Constituição para que o regime seja implantado definitivamente. Na sua opinião, será preciso primeiro elaborar uma nova lei eleitoral, uma para os partidos políticos e uma outra para o serviço público, de forma a adaptar a legislação ao novo regime.

Chiarelli explicou a necessidade de que o parlamentarismo seja implantado após eleições gerais afirmando que os atuais parlamentares, embora tenham o poder constituinte para mudar o regime, não foram eleitos para exercer seus mandatos no parlamentarismo, onde passam a ter poderes que não tinham antes.

O Senador José Richa e o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, reúnem-se, por sua vez, ainda esta semana para examinar uma estratégia de ação comum frente à atual conjuntura, analisando temas como a antecipação das eleições presidenciais para o próximo ano e a negociação sobre a data de implantação do parlamentarismo.

O encontro vem sendo articulado



Chiarelli: 'Que o parlamentarismo seja uma casa sólida, com alicerces'

por Chiarelli, que também deverá comparecer para o que chama de uma "análise de conjuntura". Outros parlamentares pefelistas, contudo, acreditam que, casos se viabilize, a estratégia conjunta Richa-Maciel poderá levar à formação de um novo partido político no futuro.

Segundo fontes próximas, Maciel vem reagindo à idéia de começar a fazer contatos com setores do PMDB para formação de um novo partido, repetindo sempre que deseja consolidar o PFL como partido. O grupo que defende o rompimento do partido com o Governo, porém, acha que nos próximos meses poderá ficar sem espaço de ação no PFL e, com Maciel, ser "empurrado" para formar uma nova agremiação.

Parlamentares que pensam dessa maneira, como Alcení Guerra (PR), por exemplo, iniciaram contatos superficiais com setores do PMDB, dos

quais se aproximaram no movimento parlamentarista.

A dissidência do PFL, que quer romper com o Governo e apoiar o parlamentarismo, vê boas possibilidades de entendimento com integrantes do PMDB que compartilham de idéias semelhantes. Entre estes são citados o próprio Richa e os Deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Miro Teixeira, Nelson Jobim e João Calmon, além do Senador Gérson Camata.

Segundo os cálculos do grupo pefelista, existem cerca de 40 parlamentares de seu partido que defendem o rompimento e, em situação desconfortável, poderão ser levados a deixar o PFL. O número de parlamentares em situação difícil no PMDB chegaria a 60 ou 70, que, somados a mais de 40 de outros partidos, poderiam formar a segunda maior bancada no Congresso Nacional.

Covas propõe plenário em desafio a 'moderados'

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, fez ontem um desafio ao grupo "moderado" que pretende alterar o Regimento Interno para apresentar um substitutivo ao texto que for aprovado pela Comissão de Sistematização. "Se quem modificar o projeto, que reúnam os votos necessários no plenário", disse Covas.

Quatro quilos mais magro, o Senador retornou na noite de sábado a Brasília, após 50 dias de ausência. Voltou reafirmando sua tese em defesa das eleições diretas para Presidente em 1988 e disse acreditar que o sistema parlamentarista será confirmado no plenário porque "reflete o sentimento da maioria dos constituintes".

Covas pretende assumir "com cautela" suas funções e ser "o mais obediente possível" para recuperar-se totalmente dos problemas cardíacos. De manhã, ele saiu para caminhar, cumprindo recomendação médica. À tarde, conversou com jornalistas, na presença vigilante de sua mulher, Dona Lila, que algumas vezes

puxou-o para que voltassem ao apartamento. Lá em cima o aguardava o grupo do PMDB que lhe é mais próximo — que o recebera na noite anterior no aeroporto — e com o qual pretende dividir suas tarefas na liderança: os Deputados Euclides Scalco, que o substituiu, Antônio Brito, Nelson Jobim e Pimenta da Veiga. Eles fizeram um balanço da Constituinte para Covas.

Ao sair, Pimenta da Veiga disse que o PMDB reagirá à tentativa dos "moderados" de alterar o Regimento Interno. Ele está convicto de que o grupo está longe de alcançar a maioria.

Essa é também a opinião de Mário Covas, que se mostrou contrário à consulta ao Supremo Tribunal Federal — anunciada pelos "moderados" — sobre o acordo das lideranças que decidiu pelo funcionamento simultâneo da Sistematização e do plenário da Assembleia.

— Qualquer coisa da Constituinte tem que ser resolvida na Constituinte — afirmou.

Reale não acha simultaneidade inconstitucional

SÃO PAULO — O jurista Miguel Reale afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal desconheceria qualquer representação contra o funcionamento simultâneo do plenário da Constituinte e da Comissão de Sistematização, pois não há nesse procedimento qualquer tipo de inconstitucionalidade.

Constitucionalista e considerado conservador, ele não identifica "nenhum vício jurídico" na decisão de permitir o exame parcelado do texto constitucional porque a Emenda 26 prevê a aprovação da Carta por maioria absoluta, em duas votações sucessivas. Mas não afirma que essas duas votações devam ser realizadas em torno do texto global.

Assim, em sua opinião, é até recomendável, em função do tempo decorrido, que se faça um exame do texto capítulo por capítulo e, depois, um exame global para eliminar repetições e contradições.

— Não creio que o Supremo, diante do quadro constitucional vigente, viesse a tomar conhecimento de qualquer representação com relação ao funcionamento simultâneo do plenário e da Sistematização — disse Reale. — E essa representação teria que ser formulada através do Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, um homem capaz de reconhecer a incompetência do STF para atuar nessa hipótese.

O jurista atribui tais iniciativas "ao cansaço que a Constituinte está provocando no País, devido à excessiva demora". Ele atribui isso ao fato de os trabalhos terem se iniciado sem qualquer referência, a partir do nada. A única restrição de Reale aos trabalhos da Constituinte é o fato de estar extrapolando os limites de um texto constitucional, definindo itens que cabem à legislação ordinária.

PTB aceita um novo regimento, sem obstrução

SÃO PAULO — O PTB apoia mudanças regimentais para tornar possível a apresentação de emendas ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização no plenário da Constituinte, mas rejeitará qualquer tentativa de "golpismo regimental", que implique a obstrução dos trabalhos. Esta é, em resumo, a tese do Líder do partido na Câmara, Deputado Gastone Righi, que condena a iniciativa de parlamentares para tentar impedir o funcionamento conjunto do plenário e da Sistematização, invocando a inconstitucionalidade da decisão do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Gastone concorda com o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que suspeita da articulação de um golpe através da obstrução dos trabalhos da Constituinte, levando-a ao descrédito. Por trás disso, ele acha que haveria uma convergência de interesses das classes empresariais e de outros setores conservadores, insatisfeitos com medidas progressistas aprovadas na Sistematização, e do próprio Governo, contrariado com a aprovação do parlamentarismo.

Mas, Gastone duvida que o grupo interessado em obstruir os trabalhos tenha os 280 votos necessários para aprovar questão de ordem, sustentando a inconstitucionalidade do funcionamento conjunto do plenário e da Sistematização.

Leonelli defende acordo que faça cumprir as leis

SALVADOR — Sob o argumento de que a consolidação da democracia exige necessariamente que a futura Constituição seja cumprida, o Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) defendeu ontem um acordo entre as forças políticas comprometidas com a causa democrática para assegurar o respeito aos dispositivos da nova Carta. Ele disse que vai apresentar a proposta esta semana a seus companheiros do Movimento de Unidade Progressista (MUP).

Este "compromisso histórico" deve estar explicitado antes da promulgação da Constituição e até mesmo do início da votação de alguns temas polêmicos, como a duração do mandato do Presidente Sarney. Leonelli espera a adesão da esquerda, setores de centro e conservadores comprometidos com a democracia.

— É preciso estabelecer o compromisso, mesmo com aqueles que querem mudar o regime, de que o farão respeitando a Constituição. Será uma Carta tão moderna e tão positiva que permitirá até mesmo a contestação à República.

Ele também defendeu a imediata implantação do parlamentarismo como coroamento da transição, decisão que deverá ser tomada antes mesmo de se discutir o mandato do atual Presidente.

— Hoje, temos um Governo e um Presidente fracos. Com o parlamentarismo, teremos um Governo forte e um Presidente fortalecido, até a eleição de um novo Presidente.